

Empresários de SP, novo bode expiatório no caso da inflação

JOSÉ ROBERTO ARRUDA
Enviado especial

O grande risco da inflação está com São Paulo. As empresas estão dando antecipações salariais e imediatamente transferindo esses aumentos para os preços. Se tivermos uma explosão inflacionária a responsabilidade será do empresário paulista. Essa é a opinião do professor Décio Garcia Munhoz, da Universidade de Brasília, emitida ontem, em Vitoria, no XIII Encontro Nacional de Economia. Segundo ele, as medidas econômicas contidas no pacote econômico não terão efeito de combater a inflação e muito menos de fazer uma distribuição de renda, ou justiça fiscal.

Garcia Munhoz foi contundente em suas críticas ao pacote, ressaltando as figuras dos ministros Dílson Funaro e João Sayad, que teriam recebido um orçamento unificado, mas não clarificado, e cujos buracos parecem não ter mais fim. O ex-ministro Mário Henrique Simonsen foi mais benevolente, elogiando certas medidas de austeridade do pacote adotadas para não permitir uma explosão inflacionária. "Para combater realmente a inflação, o Brasil precisaria estar preparado para fazer um jogo cooperativo entre os vários segmentos da sociedade, combinando-se, então, uma fórmula que contivesse medidas iguais às adotadas na Argentina com o choque heterodoxo, com outras clássicas de um choque ortodoxo."

Décio Garcia Munhoz avisa que seus cálculos não batem com o do governo e que a classe média vai ter um violento aumento de Imposto de Renda. Nas faixas de renda mais baixa, a partir de dois e meio salário mínimo, esse aumento de carga fiscal ficará entre 2% até 10%, subindo para atingir de 30% até 50% de aumento nas faixas de renda mais altas. Simonsen também discorda dos cálculos do governo. Mesmo depois de cotejar exaustivamente suas tabelas com as de Patury e Beluzzo, afirma que haverá um aumento de imposto para as faixas de renda acima de 20 salários mínimos, numa margem progressiva que vai de 10% até 50% nas faixas mais altas de salários.

Para Garcia Munhoz haverá um aumento de Imposto nas empresas e pessoas jurídicas da ordem de Cr\$ 60 trilhões, pouco mais de US\$ 3 bilhões, que representam 1,5% da renda nacional, certamente com impacto inflacionário. "Taxar as grandes empresas que têm poder de repassar esse imposto para os preços, terá repercussões negativas e funcionará duplamente como imposto direto e indireto via inflação". A redução do poder de compra da classe média deverá ser melhor explicada pelo governo e o que ele pretende com isso,

segundo o professor da Universidade de Brasília.

Basicamente, Garcia Munhoz mostra que haverá um aumento real de receita de 30% com o pacote, mas não consegue entender a razão de um déficit a descoberto de Cr\$ 90 trilhões. Ou seja, para um orçamento de Cr\$ 383 trilhões, o déficit de Cr\$ 211 trilhões pode ser explicado em Cr\$ 121 trilhões necessários para o giro da dívida governamental. E os restantes Cr\$ 90 trilhões, o professor não sabe responder, alegando que o documento orçamentário é imprestável e que nem o aumento do funcionalismo, nem os gastos com o programa social podem justificar tamanho rombo.

Para ele, o pacote não reduzirá a inflação que está sendo pressionada basicamente pelas antecipações salariais, "pois os empresários paulistas estão dando aumentos justos e necessários, mas repassando-os imediatamente aos preços, quando o certo seria eles trabalharem três meses com lucros reduzidos e três meses com lucros normais. As pressões de alta de preços estão terríveis em setores como bens duráveis e materiais de construção".

Garcia Munhoz acha que estamos seguindo o caminho da Argentina com os salários sendo aumentados semestralmente, depois trimestralmente, mensalmente, até que o governo decida congelar preços e salários. Mas, no momento de se congelar, faz uma retirada de 30 a 50% da renda real do trabalhador. Simonsen concorda que 200% ao ano de inflação representa um imposto fortemente regressivo, mordendo violentamente o assalariado de baixa renda que não tem como se defender da inflação com o openmarket.

Simonsen acha que o único ataque convincente à inflação deve combinar o choque ortodoxo com o heterodoxo, no caso brasileiro. Sem o choque ortodoxo não se rompem as expectativas, sem o heterodoxo não se corta a inércia inflacionária. Para ele, o simples congelamento dos salários, preços e taxas de câmbio não é o bastante para convencer os brasileiros a guardar moeda nacional debaixo dos colchões.

Lembra o ex-ministro do Planejamento que a experiência da Nova República em matéria de políticas de rendas não poderia deixar de ser mais infeliz. Os controles de preços não conseguiram baixar a inflação, apenas aumentaram a variação dos índices mensais. Pensar que um congelamento seria o suficiente para induzir os agentes econômicos a aumentar a proporção da moeda em seus ativos e, com isso, assegurar o financiamento não inflacionário do déficit público, é mais uma tentativa de se descobrir o moto perpétuo, segundo Simonsen.